

Faria entra com ação contra IPC

O deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), sob ameaça de ter seu mandato cassado, ingressou em juízo, perante a 4ª Vara Federal de Brasília, com uma ação de prestação de contas contra o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). A Mesa da Câmara entrará anteontem com representação contra Gustavo de Faria, junto à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, apontando irregularidades na administração do IPC na época em que o parlamentar foi seu presidente e requerendo a perda de seu mandato.

Ontem à tarde Gustavo de Faria distribuiu nota à imprensa comunicando o ingresso de sua ação na 4ª Vara Federal de Brasília e assegurando que a ação foi deferida liminarmente e que o IPC está sendo citado para o procedimento legal, no prazo de cinco dias. O fato, entretanto, não desacelerou os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que até o fim da próxima semana pretende examinar o relatório feito pelo atual presidente do IPC, senador Ruy Bacelar, que aponta irregularidades na administração de Faria, que teriam lesado o IPC em NCz\$ 13 milhões.

Defesa

A Mesa da Câmara pretende dar direito de defesa ao ex-presidente do IPC depois desse parecer, nomeando uma comissão de nove deputados para receber e analisar depoimentos de Faria. Segundo algumas fontes da Mesa, os atos praticados por Gustavo de Faria e expostos no relatório do IPC são indefensáveis, devido as evidências de atuação irregular na gestão do Instituto. Após a defesa, o plenário da Câmara se reunirá, em sessão secreta, para decidir se cassa ou não o mandato do parlamentar do Rio de Janeiro.

Na nota que distribuiu ontem, Gustavo de Faria alega: "Tudo me tem sido negado, até mesmo o conhecimento de certos métodos administradores que se impulsionam kafkianamente". Segundo Faria, o IPC tem personalidade jurídica e autonomia administrativa (lei 7.078/82, artigo 10) e, por isso, aprovou em tempo hábil as operações hoje sob suspeita, através de decisões sucessivas de seu Conselho Deliberativo.